



Parceira do
Jornal de Lisboa



A NOSSA **BANCADA DE OPINIÃO**
PÁGS. 14/15



JORNAL DE LISBOA

Jornal Mensal - €0,01
jornaldelisboa@gmail.com
Director: Francisco Morais Barros
Nº134 - ABRIL 19 - ANO XII

> **MIGUEL COELHO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR
SOBRE REQUALIFICAÇÃO DO MARTIM MONIZ**

PROJECTO É “DESADEQUADO E MAU PARA O TERRITÓRIO”



O presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior não tem dúvidas: o Martim Moniz “não pode ser um novo centro comercial” e “não deve ser um local para (...) beber copos, farra..” Miguel Coelho quer uma praça para “atrair famílias”.

ENTREVISTA | PÁGS. 02/03

CAMPO DE OURIQUE | PÁG. 04 CELEBRAR A POESIA

Pelo quinto ano consecutivo, Campo de Ourique celebrou o Dia Mundial da Poesia com uma Feira do Livro de Poesia e um intenso programa cultural.

PENHA DE FRANÇA | PÁG. 06 JUNTA ESPERA PROPOSTAS

Até ao final do mês de abril, os cidadãos podem apresentar propostas à quarta edição do programa de Orçamento Participativo Penha de França.

SÃO VICENTE | PÁG.08 CULTURA ANIMA FREGUESIA

A Freguesia de São Vicente vai ter uma Páscoa recheada de eventos culturais. A Igreja da Graça e a Galeria Arte Graça vão ser o centro das atenções.

CAMPOLIDE | PÁG. 09 “PLANTAR” A INCLUSÃO

A Junta de Campolide quer promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e vocacionais nos jovens em risco de exclusão social através da recuperação de espaços desaproveitados para jardinagem e cultivo de alimentos.

SÃO DOMINGOS DE BENFICA | PÁG. 11

FEIRA DOS SABORES E TRADIÇÕES

Trazer a cidade para a Freguesia. É um dos objectivos da Feira dos Sabores e Tradições que a Junta de São Domingos organiza até dia 7 de Abril.

LUMIAR | PÁG. 12 CARREIRAS DE BAIRRO NA FREGUESIA

As novas Carreiras de Bairro do Lumiar, designadas 43B e 44B, vêm melhorar a mobilidade dos residentes na Freguesia.

DESTAQUE

“Com (o alojamento local) assistiu-se a grande descaracterização social dos bairros. Se um dia formos a Alfama e não encontrarmos as pessoas do bairro, Alfama perde o seu encanto e a sua graça. (...) É bom que não se mate a galinha dos ovos de ouro.”

› MIGUEL COELHO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR

Martim Moniz “não pode ser um sítio de bares, copos e farra”

O presidente da Junta de Santa Maria Maior diz que o projecto para o Martim Moniz é “mau” para a Freguesia. Miguel Coelho quer a praça para as famílias, “não pode ser um centro comercial” ou um “Lx Factory”.

O que distingue a Freguesia daquilo que era em 2013 e das outras Freguesias?

Em 2013 havia 12 Freguesias e agora há uma nova Freguesia. O primeiro grande sucesso foi criar esta Freguesia e fazer com que as pessoas dos diversos territórios de Santa Maria Maior a tomassem e a aceitassem como sendo a sua Freguesia. Isso foi uma aposta ganha! Foi uma batalha ganha e hoje ninguém quer voltar ao passado. Foi um vitória, em certa medida, resultado do trabalho que conseguimos implementar e das respostas que tivemos das pessoas. As pessoas tinham problemas e encontraram na Junta um entidade capaz de os encarar e de resolver aquilo que era da sua competência, além de ajudar a resolver, a encontrar respostas, para aquilo que não era seu atributo. Dou-lhe o exemplo da questão da perda da habitação, assim como os fenómenos ligados com o alojamento local. Não há, nem havia, na legislação nenhuma competência própria que permitisse às Juntas resolver esse problema, mas nós, a partir aqui de Santa Maria Maior, criámos e encabeçámos um movimento de contestação ao alojamento local desenfreado, sem regras. Nenhum de nós é contra o alojamento local. Mas eramos contra um alojamento local selvagem, que crescia como cogumelos sem nenhum tipo de controlo. A par de um combate muito grande às consequências da “Lei Cristas”, que permitia um rápido despejo das pessoas mediante a denúncia dos contratos, que atingiu pessoas que já viviam nas suas casas há 40, 50, 60 anos, o que criou um gravíssimo problema, que nós assumimos.

Assumiram como?

Assumimos em duas vertentes. Em primeiro lugar, numa postura de resistência. Criámos um corpo jurídico só para apoiar pessoas que estavam ameaçadas de despejo ou de denúncias de contratos. Demos uma orientação aos juristas: “Vão para tribunal!”. Não houve nenhum despejo por carta de senhorio, a não ser as pessoas mais incautas que não se aperceberam que havia aqui uma boa estrutura para as defender. Obrigámos a ir tudo para tribunal, levando a que alguns senhorios tenham repensado, chegando a acordo com os inquilinos para continuarem nas suas residências. Noutros casos os tribunais decidiram em favor das pessoas que cá moravam. E isso, naturalmente, criou uma almofada. Mas, a Lei, por si só, era avassaladora para o direito à habitação e, portanto, implementámos um novo estágio de contestação e de luta através da exposição



dessas pessoas perante a opinião pública. No dia 5 de Abril de 2018 – data que nós vamos assinalar – fizemos uma iniciativa que foi “O Rosto dos Despejos”, para mostrar ao País as pessoas que iam para a rua, pondo-as a falar durante um minuto, dizendo “tenho x anos, moro ali há tantos anos e agora recebi uma carta para me ir embora”. Isso teve um impacto brutal junto dos órgãos de soberania. Mal acabou a reunião, eu estava a ser contactado por algumas entidades, do Parlamento, dizendo “percebemos a mensagem, esteja tranquilo, que vamos ter atenção ao problema”. Consegui, a partir daí, falar com o senhor primeiro-ministro e com o ministro da Habitação, eu e as minhas colegas presidentes de Freguesias do Centro Histórico fomos recebidos por diversos grupos parlamentares. E isto resultou num novo quadro legislativo que entrou muito recentemente em vigor que já dá uma almofada muito razoável de protecção às pessoas. Não é a Lei que eu queria, mas já é uma Lei boa. Em relação ao alojamento local a Lei está impecável, é uma boa lei, que atribui às autarquias o poder de regulamentar a actividade. Desde aí, a Câmara de Lisboa, e bem, tomou a decisão de que em Alfama, Mouraria e Castelo não poder haver mais alojamento local. Eu gostaria que essa medida também fosse aplicada na Baixa. Disseram-me que isso estava em observação, em estudo... Aceito isso... O facto de os investidores perceberem que já não podiam promover mais alojamento local fez diminuir automaticamente a pressão sobre as pessoas que cá moram. Por outro lado, concomitantemente,

alterou-se a Lei do Arrendamento dando protecção às pessoas com mais de 65 anos, para além de ter sido considerada outra proposta da Junta de Freguesia que foi a introdução de benefícios fiscais para os proprietários que arrendem casas em regime de longa duração, permitindo uma redução muito forte da carga fiscal. Por exemplo, quem arrende uma casa por mais de 20 anos só paga 10% de IRS sobre o valor da renda. Uma vitória imediata que tivemos naquela altura foi o facto de termos proposto uma moratória, enquanto não se concretizou a actual legislação, o que impediu que as pessoas fossem despejadas. Por tudo isto, todas as pessoas entendem que vale a pena estar numa Freguesia forte, maior, com mais poderes, com mais competências e com mais meios e recursos para poder intervir.

Em que pé está o projecto de requalificação do Martim Moniz?

Esse não é um investimento da Câmara. É um investimento de um privado. Também não é um projecto da Câmara, é um projecto de um privado. A Câmara aceitou-o, que é outra coisa. Desde 2014 que o Martim Moniz está completamente degradado. E para mim era perceptível que o concessionário do Martim Moniz não estava a cumprir a sua obrigação. Nunca li o contrato de concessão, mas não podia acreditar que é aquilo que lá estava. E desde 2014 que tenho solicitado à Câmara em todas as reuniões em que isto se debate que, se possível, a concessão deveria ser resolvida e entregar a praça à Junta. Isto nunca foi concretizado, nunca foi possível. Quando surgiu a informação sobre renovação da concessão e do novo projecto, e quando fui informado dele, é evidente que...

A Junta não foi consultada?

Formalmente não tinha de ser. Se me perguntasse se eu gostava de ter sido consultado, diria que gostava. O projecto daquele promotor não serve o território. Esta é a minha opinião. Aquela praça deve ser dedicada às famílias, para os mais idosos, para as crianças, um parque para os jovens, um parque de lazer com um espaço de cultura, onde a actividade comercial fosse muito secundária e muito limitada. Aquilo não pode ser um novo centro comercial, por mais roupagem que tenha de modernidade – eu não acho que contentores seja uma coisa muito moderna –, aquele parque não deve ser um local para atrair visitantes que vão para ali para se divertir tipo beber copos, farra... Deve ser uma coisa para atrair as famílias, para o convívio... E tem condições para algo de extraordinário.

Quando o concessionário percebeu que a Junta não considerava positivo aquele projecto, veio falar comigo e eu disse-lhe isto mesmo. A Junta promoveu uma reunião pública para transmitir o projecto à população e foi praticamente unânime a crítica ao projecto e o descontentamento das pessoas para com a solução, não só arquitectónica porque, de facto, não se pode importar de uma zona portuária o Lx Factory para aqui, e aquilo não pode ser um sítio de bares, restaurantes, de copos, de farra porque já moram ali algumas pessoas que passaram estes três anos a queixar-se do barulho que vinha dali, com o mau ambiente que vinha dali de com todas as actividades marginais que suscitam um equipamento daqueles. Este projecto é desadequado e é mau para o território. Sobretudo para a Mouraria e para as envolventes. Toda a gente sabe que enquanto eu estiver convencido que aquilo é uma má solução para a população da Freguesia eu não poderei apoiá-la.

Em Santa Maria Maior passam cerca de 250 mil pessoas por dia. A higiene urbana é um problema?

A lei que foi aprovada é muito clara: à Câmara compete recolher o lixo e às Juntas compete lavar e varrer. Não há nenhuma zona-sombra. Cada um sabe o que tem a fazer. O que acontece é que o nível de organização de cada um é diferente. A Câmara recolhe de noite e nós trabalhamos de dia. E, por ventura, fruto da carga humana que temos aqui há lixo que é produzido diariamente, durante o dia, pelo comércio, pelos pequenos restaurantes que não têm onde armazenar o lixo, o alojamento local e os transeuntes que põem o lixo na rua. Para evitar que o lixo ficasse na rua, a Junta também passou a recolher lixo. Mas isso foi uma decisão política nossa. Este nosso exemplo originou que a Câmara também já nos dê algum apoio na recolha diária. Na reforma administrativa de Lisboa, fomos dimensionados para servir um território com 14 mil pessoas. Mas acontece que, agora, recebemos cerca de 250 mil pessoas por dia. Portanto, os nossos recursos já não dão para mais. E, foi por isso, que eu fui dos presidentes de Junta, porventura se calhar até o primeiro, a reclamar uma quota-parte da receita turística para as Juntas de Freguesia. Finalmente, este ano isso vai ser concretizado. E bem! O que nos vai permitir aumentar a nossa eficácia na resposta a dar às necessidades da Freguesia e dos residentes. Vamos poder dar um salto qualitativo na nossa capacidade de resposta.

Desde 2013 “perdemos entres 3.500 a 4.000 pessoas”

Como se comportou o preço da habitação durante o período de euforia do alojamento local?

Costumo dar este exemplo muito concreto: quando fui eleito em 2013, um T1 em Alfama alugava-se, dependendo do estado de conservação, entre os €100 e os €170. No ano passado, quando havia para alugar, pediam à volta dos mil euros. Agora, com a redução da procura para alojamento local haverá uma tendência para diminuir a pressão e haver uma maior oferta. Consegui-se estancar a sangria. É evidente que foi feito aqui um mal terrível: nós perdemos muita gente.

Qual foi a evolução da população?

Nestes anos perdemos entres 3.500 a 4.000 pessoas. Numa Freguesia que actualmente tem cerca de 10 mil eleitores, isto é muito! É mais de 10% da população inicial. E a maior parte foi causa da procura para o alojamento local. Naturalmente, também houve óbitos. Mas não houve três mil e tal mortes.

Que outros impactos provocados pelo turismo têm sido sentido em Santa Maria Maior?

Eu nunca tive um discurso para diabolizar o turismo. O turismo é muito importante, precisamos dele e a nossa economia precisa dele. É devido ao turismo que há uma grande oferta de trabalho, de empregos, designadamente aqui no território, nomeadamente para pessoas que não têm formação para aspirar a noutro tipo de funções. Portanto, o turismo é fundamental.

Acho é que houve um erro de cálculo por parte dos investidores que procuraram e procuram ganhar num ano aquilo que podem ganhar de uma forma sustentável durante 7, 8, 9 ou 10 anos. Com isto, assistiu-se a um fenómeno de grande descaracterização social dos bairros. Se um dia formos a Alfama e não encontrarmos as pessoas do bairro, Alfama perde o seu encanto e a sua graça. E o mesmo acontece com a Mouraria e por aí adiante. E isso, depois, vai repercutir-se no turismo. Portanto, é bom que não se mate a galinha dos ovos de ouro. O turismo é fundamental para a nossa economia. Vamos tratá-lo bem!

Agora, a situação está equilibrada?

Agora temos de entrar numa nova campanha que é criar condições para que as pessoas regressem para viver.

Como consegue isso, se a habitação é cara?

A Câmara de Lisboa vai lançar e o Estado também – espero eu – concursos para colocar no mercado de arrendamento habitação com custos controlados. É preciso que o Estado coloque no mercado centenas ou milhares de casas disponíveis para a classe média, para as classes jovens. Isto, não só ajudará a regular o preço do mercado do arrendamento, mas também poderá trazer para o mercado habitações do sector privado, porque é mais difícil colocá-las no alojamento local ou no turismo.